



Rede Nacional de
**OBSERVATÓRIOS
DA MULHER**
Fundamentos e Caminhos

Rede Nacional de

OBSERVATÓRIOS DA MULHER

Fundamentos e Caminhos

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora

Biênio 2025–2026

Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Eduardo Gomes

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Daniella Ribeiro

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Confúcio Moura

SEGUNDO SECRETÁRIO

Ana Paula Lobato

TERCEIRA SECRETÁRIA

Laércio Oliveira

QUARTO SECRETÁRIO

Chico Rodrigues

PRIMEIRO SUPLENTE

Mecias de Jesus

SEGUNDO SUPLENTE

Styvenson Valentim

TERCEIRO SUPLENTE

Soraya Thronicke

QUARTA SUPLENTE

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Rede Nacional de

OBSERVATÓRIOS DA MULHER

Fundamentos e Caminhos

FICHA TÉCNICA

AUTORIA

Maria Teresa Prado
Milene Harumi Tomoike

CAPA, PROJETO GRÁFICO e EDIÇÃO

Maria Teresa Prado

ILUSTRAÇÃO da CAPA

Geovanna Mendes Siqueira

COLABORAÇÃO

Eleonora Stanziona Viggiano
Bruna Silva Rosa dos Santos
Marcos André Bezerra Mesquita
Adriana Martins Dornelas

IMPRESSÃO

Secretaria de Editorações e Publicações do Senado Federal

© 2025 Senado Federal

SUMÁRIO

01.	Introdução	06
02.	Histórico	08
03.	Metodologia	12
04.	Análise	14
05.	Multiplicação	18
06.	Evidências	22
07.	Protocolo	24
08.	Plataforma	26
09.	Proposta	30
10.	Resultados	32
11.	Conclusão	34
12.	Referências	36

01.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Contextualização e propósito da Rede

A Rede Nacional de Observatórios da Mulher surge como uma resposta articulada à necessidade urgente de integrar iniciativas espalhadas pelo país que atuam na produção de dados e análises voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e da violência contra as mulheres. Mais do que uma instância organizativa, constitui um compromisso coletivo com a cooperação federativa e a formulação de políticas públicas sustentadas em dados.

A constituição da Rede parte da compreensão de que dados qualificados, acessíveis e territorializados são instrumentos indispensáveis para formular políticas públicas capazes de dialogar com as realidades diversas das mulheres brasileiras. Promover uma cultura de dados significa reconhecer o conhecimento como ferramenta de transformação social, valorizando as experiências locais como condição para respostas mais justas e sensíveis.

Nesse contexto, o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), do Senado Federal, assume o papel articulador, conduzindo tecnicamente o processo de construção da proposta, em resposta à demanda apresentada pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Desde 2023, lidera os esforços de mapeamento e articulação institucional que sustentam a presente proposta.

Este documento sistematiza os resultados desse percurso, detalhando o histórico da articulação, a metodologia de mapeamento, a análise das iniciativas identificadas e os principais produtos desenvolvidos. Também são apresentados os fundamentos da proposta de Rede, seus objetivos e elementos estruturantes, além dos encaminhamentos para sua formalização.

Trata-se de um trabalho em andamento, que valoriza a diversidade das experiências existentes, respeita a autonomia institucional de cada iniciativa e aposta na construção coletiva como caminho para fortalecer o enfrentamento às desigualdades de gênero por meio do conhecimento.

02.

HISTÓRICO

HISTÓRICO

Atuação do OMV e articulações institucionais desde 2023

A constituição da Rede Nacional de Observatórios da Mulher surge em resposta a uma demanda institucional identificada no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A urgência de articular os diversos observatórios já existentes no país, voltados ao enfrentamento das violações de direitos e à promoção da equidade de gênero, foi evidenciada em novembro de 2023, durante a presidência da senadora Augusta Brito.

Como resposta, o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal iniciou o trabalho de mapeamento nacional, com estratégias de busca ativa e passiva, identificação de iniciativas com atuação voltada à equidade de gênero e à produção de dados sobre as mulheres, além da articulação com órgãos estaduais e municipais.

Esse processo de construção da Rede está diretamente vinculado ao trabalho já em andamento de fomento à criação de novos observatórios no Brasil. Em 2023, foi implementado um projeto-piloto em parceria com a Prefeitura de Teresina, que resultou na criação do Observatório da Mulher de Teresina, o primeiro a seguir uma metodologia orientada tecnicamente pelo Senado Federal. A partir dessa experiência, o OMV passou a orientar outros entes federativos, ampliando o alcance da estratégia em diferentes regiões.

Com base nesse percurso, foi elaborado, em parceria com o Observatório de Teresina, o Protocolo Nacional de Criação de Observatórios da Mulher. Esse documento reúne diretrizes, estruturas mínimas e etapas recomendadas para a implementação de observatórios locais. Atualmente em fase de lançamento, integra os produtos desenvolvidos no âmbito da proposta de criação da Rede e tem como finalidade orientar futuras iniciativas e promover alinhamento metodológico.

Em agosto de 2024, a Fundação João Pinheiro (FJP), por meio do Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (EGEDI), procurou o OMV para apresentar a criação do OBSERVA Minas, iniciativa voltada à produção e difusão de dados com recortes de gênero e interseccionalidades em Minas Gerais. Na ocasião, houve convergência imediata com os propósitos da Rede em construção. A partir desse alinhamento de propósitos, construiu-se uma parceria institucional sólida, com reconhecimento mútuo das contribuições e definição de papéis complementares. A Fundação João Pinheiro assumiu o papel de parceira acadêmica estratégica da Rede, com apoio à sistematização metodológica, à organização dos encontros e à publicação dos anais.

Em março de 2025, a FJP promoveu o 1º Encontro de Observatórios sobre Mulheres, reunindo iniciativas de diversas regiões do país em um evento virtual. Como resultado, foi publicada uma coletânea de anais¹ com artigos de 11 dos 12 observatórios participantes, apresentando relatos institucionais, desafios enfrentados, metodologias adotadas e produtos desenvolvidos. Esse material sistematizado representou um marco no processo de consolidação da Rede e forneceu base documental valiosa para os próximos ciclos.

A análise dessas experiências, mais do que um retrato do presente, configura um ponto de partida para a construção de um ecossistema nacional de dados sensível às desigualdades regionais.

Na etapa seguinte, foi dada continuidade, no âmbito do Senado Federal, a um conjunto de ações voltadas a fortalecer de forma concreta a proposta da Rede Nacional de Observatórios da Mulher. O objetivo foi traduzir o conceito em entregas institucionais capazes de sustentar a Rede ao longo do tempo.

¹<https://repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstreams/fe949035-e160-419f-8280-ed706ab73346/download>

**ENTRE ESSAS AÇÕES, DESTACAM-SE:**

O desenvolvimento da plataforma digital da Rede;

A finalização do Protocolo de Criação de Observatórios;

A articulação institucional para a realização de audiência pública no Senado;

A organização do Encontro Nacional dos Observatórios da Mulher;

O início das tratativas para proposição de um Projeto de Lei.

03.

METODOLOGIA

MAPEAMENTO

Etapas, estratégias e critérios adotados

Em atenção à diretriz da Comissão, o OMV iniciou o processo sistemático de mapeamento e mobilização nacional. Iniciou-se com a etapa exploratória de busca ativa, baseada em pesquisa digital estruturada. Foram utilizadas palavras-chave como “Observatório da Mulher”, “Observatório de Gênero”, “Observatório de Violência”, “Observatório de Políticas Públicas para Mulheres” e “Observatório de Violência contra a Mulher”, o que possibilitou identificar iniciativas dispersas em diferentes regiões e instituições, mas com objetivos comuns de monitoramento, análise e incidência em políticas de gênero.

Na sequência, teve início a articulação institucional, com o envio de e-mails oficiais às secretarias estaduais responsáveis pelas políticas para as mulheres, com atuação nas áreas de direitos, equidade de gênero e enfrentamento à violência, de todos os estados brasileiros. Foi solicitado o levantamento de iniciativas locais reconhecíveis como observatórios, bem como o estímulo à participação dessas estruturas na futura Rede.

Como etapa complementar, foi implementada a estratégia de busca passiva, por meio do lançamento de

um site² específico para o projeto. Esse ambiente digital foi concebido como um canal de adesão espontânea, possibilitando que observatórios interessados em integrar a Rede pudessem se cadastrar, apresentar sua atuação e estabelecer conexões com outras iniciativas e com o próprio OMV. O site ampliou o alcance da mobilização e possibilitou a visibilidade de experiências até então pouco conhecidas.

A metodologia adotada seguiu uma lógica progressiva, que partiu da identificação geral à aproximação com os territórios, culminando na catalogação e articulação das experiências. O processo permitiu construir um retrato mais preciso do cenário nacional, considerando distribuição, especificidades, vínculos institucionais e lacunas territoriais e temáticas.

O esforço metodológico foi essencial para garantir representatividade territorial e coerência na articulação da Rede. Ao promover a aproximação entre essas experiências, o OMV fortaleceu sua função de articulador técnico e contribuiu para consolidar uma dinâmica colaborativa orientada pela produção e uso de dados no enfrentamento da violência de gênero.

²<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/rededeobservatoriosdamulher>

04.

ANÁLISE

PANORAMA NACIONAL

Retrato das experiências existentes

O processo de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher permitiu a identificação e análise de uma ampla gama de iniciativas já existentes no país, evidenciando significativa diversidade institucional, territorial e metodológica. Foram identificados, até o momento, 51 observatórios com atuação voltada às mulheres, ao enfrentamento da violência de gênero e à promoção da equidade.

Esses observatórios estão distribuídos nas três esferas federativas da seguinte forma:

- 17 observatórios federais
- 22 observatórios estaduais
- 12 observatórios municipais

Esse panorama evidencia não apenas a capilaridade da produção de dados sobre mulheres, mas também a urgência de promover articulação entre essas iniciativas, frequentemente atuando de forma isolada e sem canais estruturados de intercâmbio.

Na esfera federal, destacam-se observatórios vinculados a órgãos dos Três Poderes e a instituições com abrangência nacional. São exemplos: o Observatório de Direitos Políticos Fundamentais da Mulher (Tribunal Superior Eleitoral), o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (Ministério das Mulheres) e o



Observatório da Mulher na Política (OMNP/Câmara dos Deputados) e o OMV (Senado Federal). Essas estruturas apresentam maior grau de formalização institucional e capacidade de produção de dados agregados, com potencial de difusão nacional e influência normativa.

No nível estadual, observa-se uma ampla variedade de arranjos institucionais. Alguns observatórios estão formalizados por meio de leis estaduais, o que confere maior estabilidade jurídica. Outros funcionam vinculados a secretarias de estado, defensorias públicas, ministérios públicos ou assembleias legislativas. Todos atuam no monitoramento de indicadores, produção de diagnósticos e articulação de redes locais de enfrentamento.

Já os observatórios municipais refletem realidades específicas e, em sua maioria, estão ligados a secretarias municipais de políticas para as mulheres ou a estruturas legislativas, como procuradorias da mulher. Embora muitas vezes operem com equipes e orçamentos mais restritos, a proximidade com os territórios permite captar nuances locais frequentemente invisibilizadas em grandes bases de dados.

Um dos principais achados da análise diz respeito à variedade dos produtos e tipos de dados gerados. Entre os materiais produzidos, estão: boletins estatísticos, diagnósticos situacionais, bases de dados interativas, estudos de caso, campanhas educativas e pesquisas qualitativas. Observatórios acadêmicos tendem a adotar metodologias mais robustas e interseccionais; os governamentais, por sua vez, trabalham majoritariamente com registros administrativos.

A construção da Rede surge, nesse contexto, como instrumento essencial de conexão, padronização e fortalecimento institucional. Seu objetivo inicial — fomentar a troca, a interação e a partilha entre os observatórios — orienta as ações em andamento, que têm buscado promover aproximações, levantar informações e estabelecer vínculos entre as iniciativas existentes.

Essa etapa tem ampliado a visibilidade de boas práticas, revelado assimetrias técnicas e estimulado a constituição de novos observatórios em regiões ainda desprovidas.

Tipos de produtos gerados:



**BASES DE
DADOS**



**PESQUISAS
QUALITATIVAS**



**CAMPANHAS
EDUCATIVAS**



**DIAGNÓSTICOS
SITUACIONAIS**



**BOLETINS
ESTATÍSTICOS**



**ESTUDOS DE
CASO**

05.

MULTIPLICAÇÃO

NOVOS OBSERVATÓRIOS

Experiências locais, demandas emergentes e estratégias de apoio

Desde 2019, o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), do Senado Federal, atua de forma ativa na promoção e no fomento à criação de novos observatórios da mulher em estados e municípios brasileiros. Essa atuação parte do reconhecimento de que a descentralização da produção e análise de dados são fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A experiência pioneira ocorreu com a implantação do Observatório Mulher Teresina, no Piauí, concebido como projeto-piloto a partir de uma parceria firmada entre o OMV e a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres da capital. A iniciativa teve como base o Diagnóstico sobre a Situação da Violência contra a Mulher em Teresina (SMPM, 2018), que evidenciou deficiências na qualidade, registro e integração dos dados sobre violência. Dentre as recomendações do estudo, destacavam-se a necessidade de realização de pesquisas de prevalência, o aprimoramento de documentos institucionais e a criação de metodologias específicas de monitoramento e avaliação.

Firmada em 2019, a parceria com Teresina buscou criar um modelo local de observatório que pudesse articular serviços, qualificar dados e produzir

informações sistematizadas com recortes territoriais. O objetivo foi estabelecer um espaço institucional capaz de integrar dados dispersos e subsidiar a formulação de estratégias mais eficazes no nível municipal. A renovação da parceria, em 2024, manteve os princípios fundadores e ampliou a proposta, fortalecendo o intercâmbio com outras experiências e promovendo a criação de novos observatórios em nível local e microrregional.

Desde então, o OMV tem sido procurado por representantes de diferentes estados e municípios em busca de orientação, metodologias e modelos de referência para a criação de observatórios locais. A demanda crescente confirma a relevância da atuação do OMV como indutor de boas práticas e articulador técnico no fortalecimento do ecossistema de dados sobre violência de gênero no país.

Observatórios locais são estratégicos para suprir as lacunas na qualidade, padronização e integração dos dados produzidos pelos serviços públicos. Informações fragmentadas ou desatualizadas comprometem a efetividade das políticas. Os observatórios, ao sistematizar e cruzar essas informações, permitem uma leitura mais ampla dos padrões de violência, do perfil das vítimas e agressores, dos tipos de violência praticados e das respostas institucionais disponíveis.

Além disso, ao implementar metodologias de monitoramento e avaliação com base territorial, os observatórios locais contribuem para tornar visíveis realidades antes negligenciadas, fortalecem o controle social e promovem melhorias contínuas nas políticas públicas. A produção de dados detalhados e consistentes em nível municipal favorece respostas mais assertivas e integradas, promovendo

a redução da subnotificação e a qualificação da rede de atendimento.

Nesse contexto, a proposta de criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher busca justamente reunir essas iniciativas locais em uma estrutura cooperativa e articulada. A Rede permitirá o intercâmbio de informações e metodologias, respeitando as especificidades de cada território e potencializando o



1.

Criação do Observatório Mulher Teresina

Primeira experiência local apoiada pelo OMV, o Observatório foi criado em 2019, em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres. A iniciativa nasceu de um diagnóstico sobre violência na cidade e se tornou modelo para outros municípios.

2.

Consultoria para criação de novos observatórios

Desde 2019, o OMV tem prestado apoio técnico a estados e municípios interessados em estruturar observatórios locais. A atuação inclui orientação metodológica, troca de experiências e incentivo à padronização de dados.

2019

**Projeto-piloto
do OMV**

2020-2023

**Atendimento para
novos observatórios**

impacto das ações. Ao reunir dados de forma estruturada e comparável, os observatórios interligados ampliam a capacidade de análise do fenômeno da violência contra a mulher no Brasil, fortalecendo a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e adaptadas às realidades regionais.

Durante o percurso de construção da Rede, o OMV passou a ser cada vez mais

frequentemente procurado por gestoras e gestores públicos, parlamentares, universidades e organizações da sociedade civil interessadas em criar novos observatórios em seus respectivos territórios. Essa demanda espontânea demonstrou não apenas o interesse crescente pelo tema, mas também a clara necessidade de oferecer suporte metodológico, técnico e institucional a essas iniciativas emergentes.



3.

Desenvolvimento do protocolo em parceria

O OMV coordenou, junto ao Observatório Mulher Teresina, a elaboração de um protocolo para orientar a criação de observatórios. O documento reúne diretrizes comuns e valoriza as especificidades territoriais.

4.

Lançamento do Protocolo

Lançado em julho de 2025, durante audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o Protocolo oferece diretrizes para a criação de observatórios e fortalece a Rede Nacional.



2024

Projeto em
parceria

2025

Protocolo de criação
de novos observatórios

06.

EVIDÊNCIAS

DADOS PARA POLÍTICAS

A centralidade dos dados na formulação de políticas públicas

A consolidação de políticas públicas eficazes e responsivas às necessidades da população depende, em grande medida, da produção, sistematização e interpretação qualificada de dados. Esse princípio ganha ainda mais importância nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, dada a subnotificação, a fragmentação dos sistemas de informação e as desigualdades territoriais.

Nesse contexto, os observatórios especializados despontam como instrumentos estratégicos para fortalecer a cultura do monitoramento, da avaliação e da formulação de ações baseadas em evidências.

A centralidade da experiência local das mulheres na geração de dados é um dos pilares da Rede Nacional de Observatórios da Mulher. Valorizar informações produzidas a partir das vivências concretas nos territórios permite identificar vulnerabilidades específicas, mapear dinâmicas regionais de violência, reconhecer padrões estruturais de desigualdade e subsidiar ações governamentais com maior potencial de impacto. A aproximação entre o dado e a realidade vivida é, portanto, essencial para a produção de conhecimento útil e transformador.

A Rede reconhece e articula a diversidade institucional dos observatórios mapeados

— com diferentes formatos, vínculos e objetivos. No Poder Executivo, muitos estão ligados a secretarias estaduais e municipais de políticas para as mulheres, com foco na gestão e avaliação de programas e serviços. No Legislativo, destacam-se estruturas voltadas à análise de dados, ao controle social e à proposição de normas com base em diagnósticos especializados — como é o caso do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal, que atua como articulador técnico da Rede. No Judiciário, há núcleos voltados ao monitoramento do sistema de justiça e das respostas à violência de gênero. Também integram esse ecossistema observatórios vinculados a universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil, que contribuem com análises críticas, inovação metodológica e formação técnica.

A Rede propõe-se como espaço de articulação e intercâmbio entre essas diferentes iniciativas. O compartilhamento de metodologias, achados e estratégias é promovido como mecanismo de fortalecimento institucional e qualificação da produção de dados. Essa abordagem colaborativa favorece a padronização de conceitos, a consolidação de indicadores e a construção de uma linguagem comum entre os atores envolvidos, sem perder de vista as especificidades de cada realidade local.

07.

PROTOCOLO

PROTOCOLO DE CRIAÇÃO

Ferramenta orientadora para estruturar iniciativas locais

O Protocolo de Criação de Observatórios da Mulher contra a Violência foi elaborado pelo Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), do Senado Federal, em parceria com o Observatório Mulher Teresina, como instrumento de apoio à criação de observatórios locais em estados e municípios. Trata-se de um documento orientador, com diretrizes práticas para estruturar iniciativas voltadas à produção e análise de dados sobre violência de gênero.

A elaboração do documento foi motivada pelo aumento da demanda por apoio técnico e institucional diante da crescente procura por metodologias de referência, especialmente após a experiência-piloto em Teresina.

A construção do protocolo antecede a formalização da Rede Nacional de Observatórios da Mulher, mas dialoga diretamente com os princípios que orientam sua criação. O objetivo foi reunir, em um só lugar, o aprendizado institucional acumulado, oferecendo um referencial replicável e adaptável por diferentes territórios.

Organizado em etapas, o protocolo orienta desde a definição institucional até o planejamento de ações, metodologias de monitoramento e estratégias de comunicação. É uma ferramenta que reforça a atuação descentralizada e articulada, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e alinhadas às realidades locais.

08.

PLATAFORMA

O ESPAÇO DIGITAL DA REDE

Ambiente digital de integração, visibilidade e fortalecimento

Um dos primeiros e mais significativos esforços do Senado Federal, por meio do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), para a construção da Rede Nacional de Observatórios da Mulher foi o desenvolvimento de uma plataforma digital pública. A iniciativa responde à necessidade de organizar, em um único ambiente acessível, as informações sobre os observatórios que atuam com dados e políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres em todo o Brasil.

A plataforma foi concebida com o apoio técnico da equipe de Tecnologia da Informação da Secretaria de Transparência do Senado Federal, a partir de estudos sobre outras experiências e com foco em perenidade, atualização facilitada e centralidade da informação pública. Seu objetivo é oferecer um espaço simples e funcional que facilite o acesso, a conexão e a visibilidade institucional dos observatórios.

A estrutura da plataforma organiza-se em quatro áreas principais:

Sobre a Rede – fundamentos, objetivos e processo de construção.

Destaques – divulgação de eventos, boas práticas e iniciativas em evidência.

Repositório de Documentos – materiais técnicos e institucionais da Rede

Busca de Observatórios – ferramenta com filtros por estado, área de atuação e vínculo, com perfis institucionais atualizados.

Além disso, a plataforma inclui um **formulário de cadastro** aprofundado, elaborado com a expertise metodológica do Instituto DataSenado. Esse instrumento tem dupla função: gera o perfil público do observatório e coleta dados detalhados sobre sua estrutura, atuação, equipe, fontes utilizadas, metodologias adotadas e desafios enfrentados.

A ESTRUTURA DA PLATAFORMA

Ambiente digital público para reunir informações, fortalecer a visibilidade e ampliar a articulação entre os observatórios da mulher no Brasil

Sobre a Rede

fundamentos, objetivos e processo de construção.

Destaques

divulgação de eventos, boas práticas e iniciativas em evidência.

Repositório

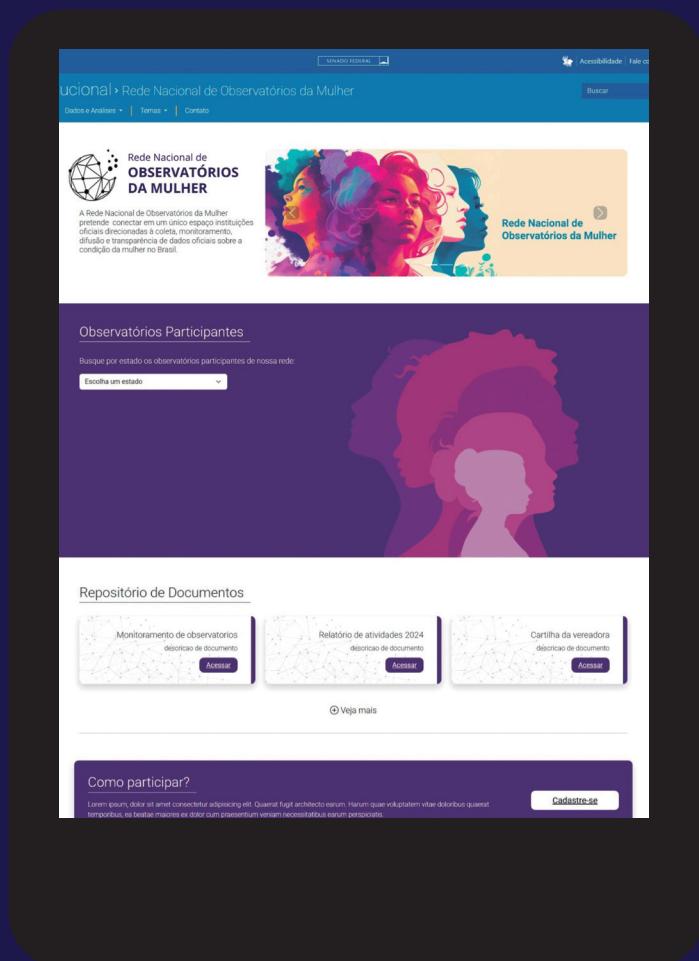
materiais técnicos e institucionais da Rede

Busca

busca de observatórios com filtros por estado, área de atuação e vínculo, com perfis institucionais atualizados.

Cadastro

Formulário com apoio do DataSenado reúne dados e gera o perfil público de cada observatório.



Essas informações alimentarão continuamente o diagnóstico nacional da Rede, fortalecendo a análise integrada sobre o ecossistema de dados de gênero.

A plataforma funciona como vitrine institucional e mecanismo de integração, articulação, transparência e controle social. Ao centralizar as informações, facilitar conexões e qualificar a produção de dados, o Senado Federal contribui diretamente para o fortalecimento das políticas públicas baseadas em evidências e sensíveis às realidades das mulheres brasileiras.

09.

PROPOSTA

A PROPOSTA PARA A REDE

Princípios, objetivos e caminhos sugeridos

A partir do processo de mapeamento, escuta e articulação realizado desde 2023, o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), do Senado Federal, apresenta sua proposta para a constituição da Rede Nacional de Observatórios da Mulher. Trata-se de uma proposta aberta à construção coletiva, mas ancorada em princípios que visam garantir sua efetividade, continuidade e relevância institucional.

A proposta do OMV parte da convicção de que a Rede deve ser um espaço colaborativo de produção, sistematização, visibilidade e uso qualificado de dados sobre a situação das mulheres no Brasil. Para isso, deve conectar observatórios de diferentes regiões, áreas temáticas e vinculações institucionais, sejam eles ligados ao poder público, à academia ou à sociedade civil, respeitando suas especificidades e potencializando sua atuação.

ENTRE OS ELEMENTOS CENTRAIS DA PROPOSTA ESTÃO:



Encontros periódicos para integração e troca de experiências

Promoção de encontros periódicos entre os observatórios, com o objetivo de estimular a troca de experiências, o fortalecimento das ações locais e a construção conjunta de estratégias. Os encontros devem ser planejados como momentos de escuta, integração e trabalho em rede.

Comunicação permanente e canais ágeis para fortalecer a interlocução

Facilitação da comunicação permanente entre os integrantes da Rede, por meio de grupos de mensagens, listas de e-mails e outros instrumentos de contato direto e ágil, garantindo que os observatórios possam manter interlocução constante e apoio mútuo.

Incentivo a parcerias entre observatórios para promover projetos

Fomento a parcerias específicas entre observatórios, com incentivo a projetos conjuntos, intercâmbios, eventos colaborativos e ações integradas, respeitando as vocações temáticas e regionais de cada instituição.



Formalização da Rede por meio de Projeto de Lei e marco legal nacional

Formalização jurídica da Rede, por meio da proposição de um Projeto de Lei com previsão de regulamentações futuras. A formalização visa garantir reconhecimento institucional, indicar responsabilidades, abrir caminho para a destinação de recursos e assegurar um marco legal que consolide a iniciativa em âmbito nacional.

**Plataforma digital como repositório de dados, canal interno e vitrine**

Criação e manutenção de uma plataforma digital integrada, que funcione como repositório público de dados, canal de comunicação interna e vitrine institucional dos observatórios que integram a Rede.

5**Governança horizontal com coordenação rotativa e escuta ativa**

Governança compartilhada, com modelo horizontal e rotativo de coordenação, construído coletivamente e orientado pelos princípios da transparência, da corresponsabilidade e da escuta ativa.

6**Compromisso com a continuidade da Rede como política de Estado**

Compromisso com a perenidade institucional da Rede, entendendo-a como política de Estado e não de governo, para garantir sua continuidade e autonomia, independentemente de gestões específicas.

A proposta se alinha às diretrizes já consolidadas no processo de articulação nacional e incorpora as contribuições recebidas de diferentes atores ao longo do percurso. A proposta se alinha às diretrizes já consolidadas no processo de articulação nacional e incorpora as contribuições recebidas de diferentes atores ao longo do percurso e busca, assim,, contribuir com uma base estruturante para a construção conjunta da Rede Nacional de Observatórios da Mulher. Acreditamos que uma articulação nacional forte, representativa e orientada pela produção e uso de dados é fundamental para qualificar as políticas públicas e fortalecer o compromisso com os direitos das mulheres em todo o país.

10. **RESULTADOS**

PRODUTOS DESENVOLVIDOS

Produtos institucionais entregues e diretrizes para os próximos passos

O processo de articulação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher tem se revelado um esforço estratégico de mapeamento, mobilização e sistematização de iniciativas voltadas à produção de dados e análises sobre as desigualdades de gênero e as diversas formas de violência contra as mulheres no Brasil. Ao longo deste trabalho, foram apresentados o histórico de constituição da Rede, a metodologia de mapeamento utilizada, a caracterização dos observatórios identificados e os avanços alcançados até o momento.

A plataforma digital da Rede foi concebida como um ambiente de integração entre os observatórios participantes, reunindo informações institucionais e facilitando o acesso aos respectivos espaços e acervos técnicos. Seu papel não é duplicar ou retrabalhar conteúdos existentes, mas sim facilitar a navegação, o reconhecimento e a articulação entre os observatórios. Trata-se de um ambiente dinâmico de visibilidade, conexão e adesão, com potencial para fortalecer a presença pública da Rede e sua legitimidade institucional.

Em resposta às necessidades identificadas, o OMV elaborou o Protocolo de Criação de Observatórios da Mulher contra a Violência, voltado à implementação de novos observatórios nas esferas federal, estadual, municipal ou institucional. Embora tenha como foco inicial o enfrentamento à violência, o documento pode ser adaptado a outras frentes de atuação, como saúde, trabalho, educação e participação política, e a proposta é que ele seja ampliado em breve. O protocolo constitui um primeiro passo, oferecendo um conjunto de recomendações práticas sobre estrutura institucional, estratégias de articulação, formatos de produtos e critérios de sustentabilidade.

Além disso, foi desenvolvida uma identidade visual para fortalecer a apresentação institucional da Rede, e iniciou-se a articulação de uma proposta legislativa para sua formalização.

Como parte do amadurecimento do processo, o OMV também identificou alguns pontos que consideramos importantes para serem debatidos no momento da definição coletiva da governança da Rede. São aspectos como a valorização de uma gestão compartilhada, o estímulo à participação horizontal, a rotatividade e a corresponsabilidade institucional — princípios

que podem fortalecer a continuidade da Rede e mitigar riscos de descontinuidade frente a mudanças administrativas. A consolidação de uma estrutura de gestão será, necessariamente, construída em diálogo com os observatórios participantes e com base em consensos amplos.

Diante da maturidade institucional já alcançada, considera-se estratégico avançar na formalização da Rede por meio de Projeto de Lei. A regulamentação legislativa pode garantir base jurídica, viabilizar recursos e assegurar sua existência como política pública estruturante. Uma minuta de proposta legislativa foi elaborada como contribuição inicial a esse debate, e será submetida à apreciação conjunta das instituições envolvidas.

Para reforçar a identidade visual da Rede e promover uniformidade nos produtos institucionais, foi desenvolvida uma identidade visual própria, com elementos gráficos, tipografia e diretrizes de uso. Este material está sendo disponibilizado como sugestão inicial, aberta a ajustes e à aprovação conjunta dos observatórios, considerando a importância de uma apresentação institucional coesa para os materiais e ações da Rede.

Esses materiais compõem um conjunto de referências técnicas, metodológicas e políticas construídas de forma participativa, com o objetivo de consolidar a Rede Nacional de Observatórios da Mulher como espaço público de colaboração, inovação e incidência em políticas de equidade de gênero.

INSTRUMENTOS PRODUZIDOS PARA APOIAR A CRIAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS

Como parte concreta desse processo, o Observatório da Mulher contra a Violência coordenou a produção de um conjunto de instrumentos apresentados neste instrumento. Esses produtos representam entregas institucionais que visam apoiar a criação de novos observatórios, orientar a articulação entre os já existentes e fortalecer os marcos fundantes da Rede:

Mapeamento e análise dos observatórios existentes:

levantamento nacional sistematizado, com identificação, caracterização e análise das experiências em andamento, incluindo informações sobre localização, vinculação institucional, áreas de atuação e frentes de trabalho.

Protocolo de Criação de Observatórios da Mulher contra a Violência

documento de referência inicial, com recomendações práticas para orientar a estruturação de novos observatórios, aplicável a diferentes esferas e adaptável a outras temáticas além da violência.

Carta-Compromisso da Rede Nacional de Observatórios

texto que expressa os princípios, objetivos e compromissos compartilhados entre os observatórios signatários.

ambiente virtual que funciona como hub institucional, promovendo visibilidade, adesão e conexão entre observatórios, com acesso facilitado aos repositórios e páginas oficiais das iniciativas.

Minuta de Projeto de Lei

proposta legislativa preliminar que visa instituir a Rede Nacional de Observatórios da Mulher no ordenamento jurídico brasileiro, assegurando sua continuidade e formalização.

Identidade visual da Rede de Observatórios

conjunto gráfico desenvolvido com o objetivo de garantir unidade na apresentação institucional da Rede, disponível para uso comum, mediante aprovação das instituições participantes.

Resumo sistematizado dos observatórios mapeados

informações por iniciativa, contendo localização, vínculo, formalização, áreas de atuação e frentes de trabalho.

II.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

Compromissos, pactuações e os próximos passos

A constituição da Rede Nacional de Observatórios da Mulher representa um passo estratégico para articular iniciativas voltadas à produção de dados sobre a realidade das mulheres no Brasil, promover a cooperação entre instituições e ampliar o uso de evidências na formulação de políticas públicas.

A trajetória construída até aqui reúne fundamentos metodológicos, estrutura institucional e propostas de governança capazes de sustentar a Rede e garantir sua continuidade como política pública. Esses produtos não encerram o processo, mas o sustentam. A proposta apresentada neste documento reflete a escuta ativa realizada, o cuidado metodológico na coleta e análise de informações e o compromisso com a construção de uma rede colaborativa, plural e institucionalmente sólida.

O caminho a partir daqui exige pactuação. A Rede será, de fato, consolidada por meio da participação ativa dos observatórios, da definição conjunta de sua governança e da formalização legal e política de sua existência. Esse processo exige continuidade, escuta, corresponsabilidade e compromisso com um futuro no qual o conhecimento seja, cada vez mais, instrumento de justiça para as mulheres brasileiras.

	OBSERVATÓRIO	INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FORMALIZAÇÃO
1	Observatório da Violência de Gênero no Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Manaus/AM	Projeto de Extensão na UFAM
2	Observatório Gênero, Interseccionalidade e Cidades Seguras	Universidade de Brasília (UnB) – CEAM	Brasília/DF	Projeto de pesquisa institucional
3	Observatório Equidade no Legislativo	Instituto Observatório da Mulher (IOM)	Brasília/ DF	Projeto apoiado pelo Senado Federal
4	Observatório da Mulher na Política (OMNP)	Câmara dos Deputados – Secretaria da Mulher	Brasília/DF	Projeto institucional da Câmara
5	Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	Ministério das Mulheres	Brasília/DF	Recriado oficialmente em 2023
6	Observatório das Mulheres Rurais do Brasil	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Brasília/DF	Projeto governamental permanente
7	Observatório da Violência contra as Mulheres – DPU	Defensoria Pública da União	Brasília/DF	Portaria DPU nº 693/2021
8	Observatório da Mulher contra a Violência (OMV)	Senado Federal – DataSenado	Brasília/DF	Resolução do Senado nº 7/2016
9	Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	UFMG – Grupo GESTA/ICA	Diamantina/MG	Projeto institucional da UFMG
10	Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe	UFPR	Curitiba/PR	Projeto institucional da UFPR
11	Observatório da Violência contra a Mulher em Roraima	Assembleia Legislativa de Roraima	Boa Vista/RR	Projeto institucional permanente
12	Observatório Mulheres	Instituto Alziras	São Paulo/SP	Projeto da sociedade civil
13	INCT Caleidoscópio Sul-Sudeste	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia	São Paulo/SP	Projeto financiado pelo CNPq
14	Observatório da Violência Política contra a Mulher	Justiça Eleitoral e sociedade civil	Brasil (nacional)	Iniciativa da Justiça Eleitoral com apoio do TSE

OBJETIVOS	PRINCIPAIS FRENTE DE TRABALHO	EXEMPLOS DE TRABALHOS REALIZADOS
Monitorar e estudar a violência de gênero na Amazônia Legal	Boletins, pesquisas acadêmicas, extensão universitária	Publicação de boletins estatísticos sobre violência doméstica na região Norte; realização de eventos e oficinas com estudantes e movimentos sociais
Analizar a relação entre gênero, interseccionalidade e urbanismo	Produção científica, formação de redes, extensão	Relatório “Cidades Seguras para Mulheres” com recomendações urbanas; série de lives e podcasts com coletivos feministas urbanos
Analizar a participação de mulheres no Legislativo	Relatórios, painéis de dados, estudos comparados	Relatório “Mulheres no Legislativo 2022”; criação do painel interativo com dados de representatividade nas casas legislativas
Ampliar a visibilidade da atuação política das mulheres	Monitoramento de mandatos, candidaturas, ações legislativas	Série de estudos “Mulheres na Política”; infográficos sobre presença feminina nos partidos e bancadas
Monitorar indicadores nacionais sobre igualdade de gênero	Plataforma interativa de dados, estudos setoriais	Lançamento do RA-SEAM (2025); produção de dashboards com dados sobre mercado de trabalho, educação e violência
Tornar visível a realidade das mulheres do campo	Diagnósticos, bases de dados, campanhas públicas	Mapeamento nacional de agricultoras; desenvolvimento de painéis de dados desagregados por sexo, raça e território rural
Apoiar a atuação da DPU em casos de violência contra a mulher	Relatórios, estudos institucionais, boas práticas	Boletins nacionais sobre violência contra mulheres atendidas pela DPU; relatórios com mapeamento de atuação jurídica e institucional
Producir e consolidar dados sobre violência contra a mulher	Pesquisas nacionais, Mapa da Violência, relatórios técnicos	Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (2023); Mapa Nacional da Violência de Gênero (2024); índice de subnotificação
Apoiar políticas públicas e ações de base nas regiões dos Vales	Diagnósticos comunitários, extensão universitária	Formação de mulheres em quilombos; publicações comunitárias; participação em políticas públicas locais
Pesquisar relações de gênero e diversidade na região	Produção científica, redes internacionais	Publicações acadêmicas em parceria com universidades latino-americanas; realização de seminários e intercâmbios
Acompanhar casos e políticas de enfrentamento à violência contra a mulher	Monitoramento legislativo, denúncias, articulação com justiça	Criação de sistema de monitoramento de medidas protetivas; parceria com rede local de enfrentamento
Reunir dados sobre a atuação de mulheres na gestão pública	Monitoramento de mandatos, dados de prefeitas e vereadoras	Painel interativo com perfil de prefeitas brasileiras; estudos sobre desafios de mulheres na política local
Pesquisar desigualdades e interseccionalidades nas regiões Sul e Sudeste	Pesquisas acadêmicas, indicadores e redes	Estudos comparados sobre violência de gênero, raça e desigualdades regionais; construção de indicadores e formação de rede
Combater e mapear violência política de gênero	Pesquisas, publicações, campanhas e dados	Manual sobre violência política contra mulheres (TSE); campanha nacional de enfrentamento nas eleições

	OBSERVATÓRIO	INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FORMALIZAÇÃO
15	Observatório de Direitos Políticos Fundamentais da Mulher	TSE	Brasília/DF	Ato do TSE de criação institucional
16	Observatório Pro Equidade do Supremo Tribunal Militar	STM	Brasília/DF	Portaria STM nº 159/2022
17	Observatório da Mulher 4.0	Instituto Observatório da Mulher	Brasília/DF	Projeto institucional com apoio do BID
18	Observatório de Violência de Gênero (OBSGênero)	Secretaria de Estado da Mulher do Acre	Rio Branco/AC	Iniciativa da Secretaria da Mulher
19	Observatório Estadual do Feminicídio (AL)	Secretaria da Mulher de Alagoas	Maceió/AL	Lei Estadual nº 8.905/2023
20	Observatório da Mulher Cearense	Assembleia Legislativa do Ceará	Fortaleza/CE	Resolução AL-CE nº 725/2021
21	Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio (DF)	Secretaria da Mulher do DF	Brasília/DF	Criado institucionalmente em 2023
22	Observe MulherES	Governo do Espírito Santo	Vitória/ES	Portaria nº 043-R/2022
23	ObserveMinas	Fundação João Pinheiro / EGEDI – Governo de MG	Belo Horizonte/MG	Parceria entre EGEDI e FJP, 2024
24	Observatório Caliandra	Secretaria da Mulher de MT	Cuiabá/MT	Decreto nº 2407/2023
25	Observatório do Feminicídio da Paraíba	Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana da PB	João Pessoa/PB	Criado por portaria em 2021
26	Observatório da Mulher Piauiense	Secretaria da Mulher do Piauí	Teresina/PI	Portaria estadual publicada em 2023
27	Observatório Judicial da Violência contra a Mulher	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ)	Rio de Janeiro/RJ	Portaria TJ-RJ nº 01/2021
28	Observatório da Violência contra a Mulher (SC)	Assembleia Legislativa de Santa Catarina	Florianópolis/SC	Resolução AL-SC nº 003/2022
29	Observatório do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM/BA)	Defensoria Pública do Estado da Bahia	Salvador/BA	Institucionalizado como projeto permanente

OBJETIVOS	PRINCIPAIS FRENTE DE TRABALHO	EXEMPLOS DE TRABALHOS REALIZADOS
Garantir e monitorar os direitos políticos das mulheres	Análises jurídicas, incidência institucional	Produção de pareceres jurídicos sobre candidaturas e cotas de gênero; notas técnicas sobre violência política
Promover a equidade de gênero no ambiente institucional do STM	Diagnósticos internos, formação institucional	Diagnóstico sobre desigualdade de gênero na Justiça Militar; capacitações para servidores
Monitorar indicadores de inclusão digital e econômica	Painéis de dados, estudos e cursos	Estudo “Mulheres e tecnologia no Brasil”; painel interativo sobre capacitação e mercado tech para mulheres
Analizar e divulgar dados de violência contra a mulher	Indicadores estaduais, estudos, boletins	Painel com dados de feminicídio no Acre; relatórios semestrais sobre atendimentos
Monitorar os feminicídios e apoiar políticas de prevenção	Dados, notificações, acompanhamento de casos	Relatórios anuais de feminicídio em Alagoas; parceria com SSP-AL e Defensoria Pública
Apoiar a formulação de políticas públicas voltadas às mulheres	Dados, legislação, articulação institucional	Painel com dados sobre violência no Ceará; relatórios sobre políticas estaduais de gênero
Monitorar dados sobre violência e feminicídios no DF	Produção de dados, estudos analíticos, integração de fontes	Lançamento do 1º Diagnóstico sobre Feminicídios no DF (2023); painéis interativos e oficinas de capacitação
Producir e monitorar dados para subsidiar políticas públicas	Diagnóstico, indicadores, relatórios integrados	Publicação do Painel Interativo da Violência contra a Mulher (2023); estudos sobre ciclo da violência
Qualificar políticas públicas com base em dados sobre as mulheres mineiras	Produção de estudos, indicadores, formação técnica	Lançamento do Observatório em março de 2024; construção de painéis sobre trabalho, violência e saúde
Coletar e analisar dados de violência doméstica e familiar	Monitoramento interinstitucional, indicadores e estudos	Criação da plataforma digital; relatório 1º semestre 2023 com dados de feminicídio e medidas protetivas
Analizar e divulgar dados de feminicídios na Paraíba	Boletins mensais, estudos e indicadores	Publicação mensal de boletins estatísticos; mapeamento de casos desde 2015; articulação com rede de enfrentamento
Subsidiar políticas de gênero com dados e evidências	Painéis de dados, diagnósticos regionais	Mapeamento das mulheres vítimas de feminicídio entre 2018 e 2022; dados regionais por município
Integrar dados da justiça sobre violência contra a mulher	Dados judiciais, estudos técnicos, pareceres	Relatório de Análise de Medidas Protetivas (2022); mapeamento de reincidência de agressores
Monitorar políticas e dados sobre violência contra a mulher	Informes legislativos, relatórios de dados, articulação	Relatórios sobre cumprimento de leis estaduais; campanhas com parlamentares e sociedade civil
Reunir dados e estudos jurídicos sobre violência de gênero	Casos acompanhados, jurisprudência, boletins jurídicos	Estudos de casos acompanhados pela DPE; relatórios anuais com dados processuais e jurídicos

	OBSERVATÓRIO	INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FORMALIZAÇÃO
30	Observatório Beatriz Nascimento	Secretaria de Políticas para Mulheres de Sergipe	Aracaju/SE	Decreto nº 83.668/2023
31	Observatório da Mulher Amapaense	Assembleia Legislativa do Amapá	Macapá/AP	Projeto institucional permanente
32	Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher (GO)	Secretaria da Mulher de Goiás	Goiânia/GO	Lei Estadual nº 20.194/2018
33	Observatório de Feminicídio – GO (Justiça)	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Goiânia/GO	Iniciativa institucional parabenizada pelo SINDJUSTIÇA
34	Observatório da Mulher – Maranhão	Secretaria da Mulher do Maranhão	São Luís/MA	Criado como iniciativa interinstitucional
35	Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher – MT	Assembleia Legislativa de Mato Grosso	Cuiabá/MT	Lei Estadual nº 11.098/2020
36	Observatório sobre Intolerância Política contra Mulheres	Assembleia Legislativa do RJ (Alerj)	Rio de Janeiro/RJ	Projeto permanente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
37	Observatório do Feminicídio em Rondônia	Secretaria da Mulher de Rondônia	Porto Velho/RO	Projeto estadual com apoio do MPRO
38	Observatório da Violência Contra a Mulher – RS	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS	Resolução AL-RS nº 3.385/2021
39	Observatório da Violência por Intolerância	Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP)	São Paulo/SP	Comissão de Direitos Humanos da ALESP
40	Observatório da Discriminação Racial, LGBT e Violência contra Mulher	Prefeitura de Salvador	Salvador/BA	Decreto Municipal nº 21.143/2010
41	Observatório Mulher Teresina	Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres	Teresina/PI	Decreto Municipal nº 21.019/2023
42	Observatório da Violência de Londrina	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres de Londrina	Londrina/PR	Iniciativa institucional com apoio do Ministério Público do Paraná

OBJETIVOS	PRINCIPAIS FRENTE DE TRABALHO	EXEMPLOS DE TRABALHOS REALIZADOS
Acompanhar políticas públicas para mulheres negras, indígenas e periféricas	Produção de dados interseccionais, campanhas, painéis	Plataforma com dados por raça, gênero e território; boletim especial sobre violência racializada
Monitorar políticas públicas e indicadores de violência contra a mulher	Dados, diagnósticos, audiências públicas	Realização de audiência pública para debater subnotificação e lançamento de dados estaduais sobre feminicídio (2023)
Producir, sistematizar e divulgar informações sobre a violência contra as mulheres	Diagnóstico de dados estaduais, articulação institucional	Boletins estatísticos anuais e relatórios sobre feminicídios e violência doméstica no estado
Monitorar processos judiciais de feminicídio e identificar padrões	Levantamentos processuais, relatórios, capacitação	Estudo dos casos julgados com mapeamento de reincidência e perfis de vítimas e réus
Levantar dados e debater políticas públicas de gênero	Encontros, audiências públicas, painéis de dados	Seminários sobre violência contra mulheres e meninas; dados regionais em construção
Acompanhar ações e políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher	Produção legislativa, relatórios e articulação institucional	Publicação de relatório anual sobre leis em vigor e ações do poder público estadual
Mapear e enfrentar casos de intolerância política de gênero	Denúncias, relatórios, escuta ativa de vítimas	Relatório com denúncias de violência política nas eleições de 2022; rodas de conversa com vereadoras e deputadas
Producir dados e análises sobre casos de feminicídio	Relatórios mensais, indicadores estaduais, mapeamento	Estudo de 10 anos de feminicídios em RO; eventos de sensibilização com dados regionais
Monitorar políticas de combate à violência contra mulheres	Informes legislativos, estudos, articulação institucional	Relatórios sobre leis estaduais; seminários com especialistas sobre boas práticas institucionais
Monitorar crimes de ódio e violência por intolerância	Painel de denúncias, análises legislativas	Relatórios sobre intolerância religiosa e política; levantamento de subnotificação
Combater e monitorar desigualdades e discriminações	Monitoramento do Carnaval, denúncias, formação	Relatório anual de ocorrências no Carnaval; atendimento a vítimas de racismo, LGBTfobia e violência de gênero
Reunir, produzir e sistematizar informações sobre as mulheres da cidade	Indicadores municipais, dados georreferenciados, estudos	Lançamento do Painel Mulher Teresina com dados por bairro e região; estudo sobre mulheres cuidadoras
Monitorar e analisar dados sobre violência de gênero	Indicadores municipais, estudos sobre feminicídio, formação	Relatório técnico de homicídios de mulheres (2022); capacitação de equipes da rede

	OBSERVATÓRIO	INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	FORMALIZAÇÃO
43	Observatório da Mulher – Salvador	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude	Salvador/BA	Projeto vinculado ao Programa de Governo "Salvador por Elas"
44	Observatório de Fortaleza	Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS)	Fortaleza/CE	Criado como plataforma em 2022
45	Observatório da Mulher de Fortaleza	Gabinete da Primeira-Dama de Fortaleza	Fortaleza/CE	Instituído no Programa "Mulheres Fortalecendo Vidas"
46	Observatório sobre a Violência contra a Mulher (Campo Grande/MS)	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres de Campo Grande	Campo Grande/MS	Criado em 2023, por decreto municipal
47	Observatório da Mulher de Campo Grande	Câmara Municipal de Campo Grande	Campo Grande/MS	Projeto institucional da Procuradoria da Mulher
48	Observatório de Gênero de Parauapebas	Secretaria Municipal da Mulher de Parauapebas	Parauapebas/PA	Criado oficialmente em 2023
49	Néias – Observatório de Feminicídios de Londrina	Grupo de pesquisa da UEL com coletivos de mulheres	Londrina/PR	Iniciativa acadêmica autônoma com apoio de organizações locais
50	Observatório Municipal da Violência contra a Mulher (Rio de Janeiro)	Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher – RJ	Rio de Janeiro/RJ	Decreto Rio nº 50.035/2021
51	Observatório da Violência contra a Mulher (São Lourenço do Sul/RS)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação	São Lourenço do Sul/RS	Projeto institucional com apoio da Promotoria local

OBJETIVOS	PRINCIPAIS FRENTES DE TRABALHO	EXEMPLOS DE TRABALHOS REALIZADOS
Subsidiar políticas com dados e indicadores sobre as mulheres soteropolitanas	Estudos interseccionais, monitoramento local	Análise da participação feminina na política local; estudo sobre empregabilidade e raça
Monitorar indicadores sociais e de direitos humanos na cidade	Dados sobre violência, educação, saúde e desigualdade	Painel de indicadores interativos; estudos sobre violência doméstica na pandemia
Acompanhar ações da prefeitura voltadas para mulheres	Monitoramento de políticas públicas e indicadores	Painel com ações municipais para mulheres; estudo sobre acesso a serviços
Subsidiar o enfrentamento à violência com dados locais	Diagnóstico e monitoramento	Mapeamento de casos no município; articulação com órgãos do sistema de justiça
Fiscalizar e propor políticas de gênero	Acompanhamento legislativo e relatórios técnicos	Relatório de leis voltadas às mulheres; eventos e audiências públicas com participação popular
Producir dados e evidências para políticas públicas	Indicadores, boletins, diagnósticos locais	Diagnóstico situacional das mulheres em Parauapebas (2023); dados sobre acesso a direitos
Monitorar feminicídios e violências letais com perspectiva feminista	Produção de dados, estudos de caso, incidência pública	Dossiê anual sobre feminicídios em Londrina; boletins e análise qualitativa dos casos
Analisa a violência contra a mulher na capital com dados oficiais	Estudos, boletins, georreferenciamento	Relatório municipal de violência doméstica (2022); mapeamento de dados por bairro
Reunir dados sobre violência contra mulheres no município	Estatísticas, oficinas, formação	Relatórios semestrais sobre violência doméstica; capacitação de agentes públicos

12.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos do Estado. Organograma institucional. Disponível em: <https://mulheredireitoshumanos.al.gov.br/institucional/organograma>. Acesso em: 30 maio 2025.

AMAPÁ. Observatório da Mulher Amapaense. Disponível em: <http://observatoriomulher.ap.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. Procuradoria da Mulher. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/pm/#>. Acesso em: 30 maio 2025.

BAHIA. Defensoria Pública do Estado. Núcleo de Defesa da Mulher. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/estrutura-organizacional/coordenadoria-das-defensorias-publicas-especializadas/protecao-ao-direitos-humanos-e-itinerante/>. Acesso em: 30 maio 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Observatório Nacional da Mulher na Política – OMNP. Brasília: Câmara dos Deputados, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica>. Acesso em: 27 maio 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Boletim ODM – 3ª Edição. Disponível em: <https://camara.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Boletim-ODM-3a-Edicao-09-02-24.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

DPU (Brasil). Defensoria Pública da União. Observatório da Violência contra as Mulheres. Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/dpu-instituira-observatorio-sobre-violencia-contra-as-mulheres-nesta-quinta-feira-7/>. Acesso em: 30 maio 2025.

EMBRAPA. Observatório das Mulheres Rurais do Brasil. Disponível em: <https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil>. Acesso em: 30 maio 2025.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones dos Santos Neves. Observatório Observa MulherES. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

FORTALEZA (CE). Observatório da Mulher de Fortaleza. Disponível em: <https://observatoriomulher.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

FORTALEZA (CE). Observatório de Fortaleza. Disponível em: <https://observatoriodefortaleza.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Anais do 1º Encontro da Rede de Observatórios sobre as Mulheres. Belo Horizonte: FJP, 2025. Disponível em: <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/items/83728096-62f7-4ecf-8613-2c3bcffd9971>. Acesso em: 27 maio 2025.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Ministério das Mulheres. Brasília: Governo Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero>. Acesso em: 27 maio 2025.

GOIÁS. Secretaria de Segurança Pública. Observatório Estadual da Violência contra a Mulher. Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2025.

LONDRINA (PR). Prefeitura Municipal. Projetos Transversais. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/projetos-transversais?start=2>. Acesso em: 30 maio 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Observatório da Mulher de Campo Grande. Disponível em: <https://camara.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Boletim-ODM-3a-Edicao-09-02-24.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE. Observatório de Violência de Gênero (OBSGênero). Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/cav/observatorio-de-violencia-de-genero/>. Acesso em: 31 maio 2025.

OBSERVATÓRIO NEIA. Observatório de Feminicídios de Londrina. Disponível em: <https://www.observatorioneia.com/quem-somos/um-pouco-sobre-nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 31 maio 2025.

OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Disponível em: <https://observatoriodefeminicidio.uepb.edu.br/>. Acesso em: 31 maio 2025.

OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Quem somos. Disponível em: <https://observatoriodefeminicidio.uepb.edu.br/quem-somos/>. Acesso em: 31 maio 2025.

OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO EM RONDÔNIA. Coletivo interinstitucional. Disponível em: <http://observatoriodefeminicidio.net/>. Acesso em: 30 maio 2025.

PARAUAPEBAS (PA). Secretaria Municipal da Mulher. Observatório de Gênero de Parauapebas. Disponível em: <https://parauapebas.pa.gov.br/destaque/novos-rumos-observatorio-de-genero-e-maria-da-penha-na-minha-escola-reforcaram-as-politicas-publicas-em-defesa-da-mulher/>. Acesso em: 31 maio 2025.

PIAUÍ. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Observatório Mulher Teresina. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2025.

PIAUÍ. Secretaria das Mulheres. Observatório da Mulher Piauiense. Disponível em: <https://portal.pi.gov.br/sempi/observatorio-da-mulher/>. Acesso em: 31 maio 2025.

RIO DE JANEIRO. Defensoria Pública do Estado. NUDEM. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUDEM>. Acesso em: 31 maio 2025.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. Observatório Judicial da Violência contra a Mulher. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/observatorio-judicial-violencia-mulher>. Acesso em: 30 maio 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Prefeitura de São Lourenço do Sul. Observatório da Violência contra a Mulher. Disponível em: <https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/observatoriodeviolenciacontraamulher>. Acesso em: 30 maio 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Observatório da Mulher. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/observatorio-mulher>. Acesso em: 26 maio 2025.

SALVADOR (BA). Secretaria de Políticas para Mulheres. Observatório da Mulher. Disponível em: <https://spmj.salvador.ba.gov.br/observatorio-da-mulher/>. Acesso em: 30 maio 2025.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. Observatório da Violência contra a Mulher – OVM/SC. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

SERGIPE. Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres. Disponível em: https://www.se.gov.br/spm/spm_home. Acesso em: 30 maio 2025.

SENADO FEDERAL (Brasil). Observatório da Mulher contra a Violência. Brasília: Senado Federal, 2025.

SENADO FEDERAL (Brasil). Observatório Equidade no Legislativo – OEL. Brasília: Senado Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/institucional/responsabilidade-social/oel>. Acesso em: 29 maio 2025.

TERESINA (Município). Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – SMPM. Diagnóstico sobre a Situação de Violência contra a Mulher em Teresina. Teresina: SMPM, 2018.

TRANSPARÊNCIA ELEITORAL BRASIL. Observatório da Violência Política contra a Mulher. Brasília: Transparência Eleitoral, [s.d.]. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/observatorio-vpm/>. Acesso em: 30 maio 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Observatório do Feminicídio da Paraíba Brígida Rosely de Azevêdo. Campina Grande: UEPB, [s.d.]. Disponível em: <https://observatoriodefemicidio.uepb.edu.br/>. Acesso em: 27 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Observatório da Violência contra a Mulher. Disponível em: <https://antigo.ufrr.br/ultimas-noticias/8487-observatorio-da-violencia-contra-a-mulher-em-roraima>. Acesso em: 30 maio 2025.

WORDPRESS. Observatório da Violência de Gênero no Amazonas. Disponível em: <https://ovgam.wordpress.com/>. Acesso em: 30 maio 2025.



senado.leg.br/omv/redeobservatorios